



Estado do Piauí
Procuradoria Geral do Estado
Centro de Estudos

Boletim Informativo nº 12
Teresina, Novembro de 2015

EXPEDIENTE

PROCURADOR-GERAL DO ESTADO
Plínio Clerton Filho

PROCURADORIA DO PATRIM. IMOBILIÁRIO E MEIO AMBIENTE
Kátia Maria de Moura Vasconcelos

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS JURIDICOS
Kildere Ronne de Carvalho Souza

PROCURADORIA DE FISC. E CONTROLE DOS ATOS ADMINISTRATIVOS
Raimundo Alves Ferreira Gomes Filho

PROCURADOR-GERAL ADJUNTO PARA ASSUNTOS ADMINISTRATIVOS
Fernando Eulálio Nunes

CONSULTORIA JURÍDICA
Florisia Daysée de Assunção Lacerda

CORREGEDOR-GERAL
João Batista de Freitas Júnior

PROCURADORIA DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
Fernando do Nascimento Rocha

PROCURADORIA JUDICIAL
Luiz Gonzaga Soares Viana Filho

PROCURADORIA DO ESTADO PERANTE OS TRIBUNAIS DE CONTAS
Cid Carlos Gonçalves Coelho

PROCURADORIA TRIBUTÁRIA
Flávio Coelho de Albuquerque

CENTRO DE ESTUDOS
Alex Galvão Silva

O Centro de Estudos da PGE-PI, dentre suas atribuições legais, tem como missão editar e publicar “*boletins de informação doutrinária, legislativa e jurisprudencial*” (art. 22, III, da Lei Complementar nº 56/2005 c/c art. 52, III, da Resolução CSPGE nº 001, de 31.10.2014 - Regimento Interno). Para tanto, torna público o presente informativo, publicação mensal, contendo i) atualização legislativa; ii) ementário de pareceres; iii) seleção de jurisprudência; e, eventualmente, iv) doutrina. Ressalte-se que o informativo não constitui repositório oficial de jurisprudência e, em relação aos pareceres, não produz efeito vinculante.

I. ATUALIZAÇÃO LEGISLATIVA

I.1. LEIS E DECRETOS FEDERAIS

Lei nº 13.183, de 4.11.2015 - Altera as Leis nºs 8.212, de 24 de julho de 1991, e 8.213, de 24 de julho de 1991, para tratar da associação do segurado especial em cooperativa de crédito rural e, ainda essa última, para atualizar o rol de dependentes, estabelecer regra de não incidência do fator previdenciário, regras de pensão por morte e de empréstimo consignado, a Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, para assegurar pagamento do seguro-defeso para familiar que exerça atividade de apoio à pesca, a Lei nº 12.618, de 30 de abril de 2012, para estabelecer regra de inscrição no regime de previdência complementar dos servidores públicos federais titulares de cargo efetivo, a Lei nº 10.820, de 17 de dezembro de 2003, para dispor sobre o pagamento de empréstimos realizados por participantes e assistidos com entidades fechadas e abertas de previdência complementar e a Lei nº 7.998, de 11 de janeiro de 1990; e dá outras providências. (Publicada no DOU de 5.11.2015. [Clique aqui](#))

Lei nº 13.184, de 4.11.2015 - Acrescenta § 2º ao art. 44 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, para dispor sobre a matrícula do candidato de renda familiar inferior a dez salários mínimos nas instituições públicas de ensino superior. (Publicada no DOU de 5.11.2015 . [Clique aqui](#))

Lei nº 13.188, de 11.11.2015 - Dispõe sobre o direito de resposta ou retificação do ofendido em matéria divulgada, publicada ou transmitida por veículo de comunicação social. (Publicada no DOU de 12.11.2015. [Clique aqui](#))

Lei nº 13.189, de 19.11.2015 - Institui o Programa de Proteção ao Emprego - PPE. (Publicada no DOU de 20.11.2015. [Clique aqui](#))

Lei nº 13.190, de 19.11.2015 - Altera as Leis nos 12.462, de 4 de agosto de 2011, que institui o Regime Diferenciado de Contratações Públicas - RDC, 7.210, de 11 de julho de 1984, 6.015, de 31 de dezembro de 1973, 8.935, de 18 de novembro de 1994, 11.196, de 21 de novembro de 2005, e 12.305, de 2 de agosto de 2010; e dá outras providências. (Publicada no DOU de 20.11.2015 - Edição extra. [Clique aqui](#))

Medida Provisória nº 699, de 10.11.2015 - Altera a Lei nº 9.503, de 23 de setembro de 1997, que institui

o Código de Trânsito Brasileiro. (Publicada no DOU de 11.11.2015. [Clique aqui](#))

Decreto nº 8.573, de 19.11.2015 - Dispõe sobre o Consumidor.gov.br, sistema alternativo de solução de conflitos de consumo, e dá outras providências. (Publicado no DOU de 20.11.2015. [Clique aqui](#))

I.2. LEIS E DECRETOS ESTADUAIS

Emenda Constitucional nº 46, de 16.9.2015 - Altera o § 6º do art. 88 da Constituição Estadual que dispõe sobre as vagas de Auditores do Tribunal de Contas do Estado do Piauí, e dá outras providências. (Publicada no [DOE nº 211](#), de 10.11.2015)

Lei nº 6.722, de 10.11.2015 - Autoriza o abono de folga facultativa de agentes penitenciários não gozada a título de “Operação Planejada Justiça” e dá outras providências. (Publicada no [DOE nº 211](#), de 10.11.2015)

Nota: a lei foi promulgada pelo Exmo. Sr. Presidente da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí, nos termos do art. 78, § 7º, da Constituição Estadual.

Lei nº 6.723, de 16.11.2015 - Autoriza a Empresa de Gestão de Recursos do Estado do Piauí – EMGERPI a remir e/ou parcelar dívidas decorrentes de contratos imobiliários que menciona, celebrados pela extinta Companhia de Habitação do Estado do Piauí – COHAB/PI e pelo Instituto de Assistência à Saúde do Servidor Público do Estado do Piauí – IASPI, e dá outras providências. (Publicada no [DOE nº 215](#), de 16.11.2015)

Lei nº 6.724, de 16.11.2015 - Dispõe sobre a dispensa de juros, multas e demais encargos de mora dos créditos adquiridos pelo Estado do Piauí relativos aos contratos da Carteira Imobiliária do Governo do Estado do Piauí/BEP, mediante Termo de Confissão de Dívidas e Parcelamento de Débitos. (Publicada no [DOE nº 215](#), de 16.11.2015)

Lei nº 6.725, de 17.11.2015 - Altera a Lei Estadual nº 6.237, de 05 de julho de 2012, que dispõe sobre o Plano de Cargos e Carreira dos Servidores do Ministério Público do Estado do Piauí e dá outras providências. (Publicada no [DOE nº 216](#), de 17.11.2015)

Nota: a nova redação do art. 33 da Lei nº 6.237/2012 dispõe que “o provimento dos cargos em comissão, por servidores efetivos das carreiras do Ministério Público, não será de percentual inferior a 10% (dez por cento) dos cargos a serem ocupados”.

Decreto nº 16.266, de 3.11.2015 – Regulamenta o art. 29-A, II, da Lei Complementar nº 28, de 09 de junho de 2003, disciplina patrocínio dos órgãos e entidades integrantes do Poder Executivo Estadual, e dá outras providências. (Publicado no [DOE nº 206](#), de 3.11.2015)

Decreto nº 16.267, de 3.11.2015 – Altera o art. 1º, do Decreto nº 16.088, de 06 de julho de 2015, que dispõe sobre os procedimentos para implantação da Secretaria de Estado da Cultura e dá outras providências. (Publicado no [DOE nº 206](#), de 3.11.2015)

Decreto nº 16.269, 3.11.2015 – Altera a redação do parágrafo único do art. 12 do Decreto nº 15.547, de 12 de março de 2014. (Publicado no [DOE nº 206](#), de 3.11.2015)

Nota: a redação anterior previa a dispensa de processo seletivo para contratação temporária de servidores, nas hipóteses dos incisos VII e VIII, art. 2º, da Lei estadual nº 5.309/2003, desde que devidamente comprovada a “emergência” do caso. A nova redação passou a prever dispensa excepcional do processo seletivo apenas nas hipóteses dos incisos I, II e IV, do artigo 2º.

Decreto nº 16.270, de 3.11.2015 – Altera dispositivos do Decreto Estadual 15.116, de 02 de março de 2013, que dispõe sobre a gratificação por operações planejadas a militares do Estado do Piauí. (Publicado no [DOE nº 206](#), de 3.11.2015)

Decreto nº 16.290, de 18.11.2015 – Dispõe sobre a opção do Estado do Piauí pela aplicação da faixa de receita bruta anual até R\$ 2.520.000,00 (dois milhões e quinhentos e vinte mil reais), para efeito de recolhimento do ICMS na forma do Simples Nacional, no ano calendário de 2016. (Publicado no [DOE nº 217](#), de 18.11.2015)

Decreto nº 16.291, de 18.11.2015 – Altera o Decreto nº 12.138, de 20 de março de 2006, que dispõe sobre a regulamentação da Gratificação de Incremento da Arrecadação, da Gratificação pelo exercício de Atividade em Posto Fiscal e sobre o enquadramento nas carreiras da Secretaria da Fazenda, previstos na Lei Complementar nº 62, de 26 de dezembro de 2005, e dá outras providências. (Publicado no [DOE nº 217](#), de 18.11.2015)

Decreto nº 16.293, de 18.11.2015 – Dispõe sobre o fornecimento de refeições aos servidores públicos estaduais em atividade, no Centro de Hematologia e Hemoterapia do Piauí (HEMOPI), nas condições que especifica. (Publicado no [DOE nº 217](#), de 18.11.2015)

Nota: sobre o tema objeto de regulamentação, ver o **Parecer PGE/CJ nº 354/2015**.

Decreto nº 16.305, de 26.11.2015 – Prorroga o prazo de vigência do preço e das condições de pagamento das terras públicas e devolutas do Estado do Piauí, definidos no Decreto nº 16.230, de 13 de outubro de 2015. (Publicado no [DOE nº 223](#), de 26.11.2015)

Decreto nº 16.306, de 26.11.2015 – Altera o § 3º do art. 7º do Decreto nº 16.235, de 20 de outubro de 2015, que regulamenta a Lei nº 6.686, de 20 de julho de 2015, que institui o sistema de bônus pecuniário aos Policiais Cívicos e Militares pela apreensão de armas, conforme especifica. (Publicado no [DOE nº 223](#), de 26.11.2015)

Decreto nº 16.307, de 27.11.2015 – Acrescenta os §§ 8º e 9º, ao art. 4º, do Decreto nº 16.212, de 05 de outubro de 2015, que “Regulamenta o tratamento favorecido, diferenciado e simplificado para as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais nas licitações de bens, serviços e obras no âmbito da Administração Pública estadual”. (Publicado no [DOE nº 224](#), de 27.11.2015)

Decreto nº 16.308, de 27.11.2015 – Regulamenta os arts. 3º, 6º, 7º e 11, da Lei Complementar Estadual nº 39, de 14 de julho de 2004, e dá outras providências. (Publicado no [DOE nº 224](#), de 27.11.2015)

I.3. PORTARIAS E RESOLUÇÕES ESTADUAIS

Portaria GSE/ADM nº 0317/2015, de 26.10.2015 – Limita a concessão de diárias no âmbito da Secretaria de Estado da Educação. (Publicada no [DOE nº 204](#), de 29.10.2015)

Resolução do Conselho de Administração da EMGERPI nº 01, de 28.10.2015 - Institui o Regulamento Disciplinar dos Empregados Públicos da EMGERPI. (Publicada no [DOE nº 207](#), de 4.11.2015)

Portaria PGE nº 319, de 5.11.2015 – Cria grupo de trabalho para estudos sobre soluções técnicas para o Sistema de Informática.

Portaria SEJUS GSJ nº 203/2015, de 9.11.2015 – Regulamenta a remoção de detentos entre as Unidades Prisionais do Estado e dá outras providências. (Publicada no [DOE nº 219](#), de 20.11.2015)

Portaria nº 026-GDG/AN-15, de 9.11.2015 – Institui regras administrativas para percepção da bonificação de que trata a Lei 6.686/2015 e pelo Decreto nº 16.235/2015. (Publicada no [DOE nº 220](#), de 23.11.2015)

Portaria PGE nº 320, de 12.11.2015 – Disciplina a execução das atividades de consultoria e assessoramento jurídicos pelas Consultorias Setoriais, a fim de dirimir conflitos e dúvidas sobre as atribuições dos órgãos da Procuradoria-Geral do Estado. (Publicada no [DOE nº 221](#), de 24.11.2015)

Resolução CFD/IASPI-SAÚDE nº 21/2015 - Reajusta a contribuição dos beneficiários diretos do PLAMTA em 13,6% e indiretos, 17%. Define, ainda, coparticipação de 30% no serviço de urgência/emergência. (Publicada no [DOE nº 221](#), de 24.11.2015)